



# Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2018

## Índice

Balanço .....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	6
Anexo .....	7
1. Identificação da Entidade .....	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	7
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	8
3.1. Bases de Apresentação.....	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	11
5. Ativos Fixos Tangíveis .....	11
6. Empréstimos Obtidos .....	13
7. Inventários .....	13
8. Rédito.....	14
9. Subsídios e outros apoio das entidades públicas .....	14
10. Benefícios dos empregados.....	15
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	16
12. Outras Informações .....	16
12.1. Investimentos Financeiros.....	16
12.2. Créditos a receber .....	16
12.3. Diferimentos .....	16
12.4. Outros ativos correntes .....	17
12.5. Caixa e depósitos bancários .....	17
12.6. Fundos Patrimoniais .....	18
12.7. Fornecedores .....	18
12.8. Estado e Outros Entes Públicos .....	18
12.9. Outros passivos correntes .....	18
12.10.Fornecimentos e serviços externos .....	19
12.11.Outros rendimentos .....	20
12.12.Outros gastos.....	20
12.13.Resultados Financeiros .....	21
12.14.Acontecimentos após data de Balanço .....	21

## Balanço

### Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	12 271 236,68	11 965 600,80
Bens do património histórico e cultural	5	391 182,69	391 182,69
Investimentos financeiros	12.1	90 183,45	30 737,06
Outros créditos e ativos não correntes	12.4	180 949,95	109 827,42
Subtotal		12 933 552,77	12 497 347,97
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	62 218,15	75 702,79
Créditos a receber	12.2	298 126,39	268 568,24
Estado e outros Entes Públicos	12.8	36 017,50	40 149,52
Diferimentos	12.3	29 939,93	26 597,36
Outros ativos correntes	12.4	591 493,85	737 261,16
Caixa e depósitos bancários	12.5	1 661 551,64	2 496 233,10
Subtotal		2 679 347,46	3 644 512,17
<b>Total do Ativo</b>		<b>15 612 900,23</b>	<b>16 141 860,14</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>	12.6		
Fundos		236 126,99	236 126,99
Reservas		8 189 427,37	685 797,86
Resultados transitados		613 470,17	8 051 849,58
Excedentes de revalorização	5	463 686,72	463 686,72
Ajustamento/outras variações nos fundos patrimoniais		3 861 715,69	3 772 196,65
Resultado Líquido do período		(442 791,85)	65 250,10
<b>Total do fundos patrimoniais</b>		<b>12 921 635,09</b>	<b>13 274 907,90</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	6	956 624,26	1 112 115,73
Subtotal		956 624,26	1 112 115,73
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	12.7	361 046,82	228 054,95
Estado e outros Entes Públicos	12.8	144 259,11	144 281,19
Financiamentos obtidos	6	155 555,46	153 323,75
Diferimentos	12.3	168 620,78	271 564,32
Outros passivos correntes	12.9	905 158,71	957 612,30
Subtotal		1 734 640,88	1 754 836,51
<b>Total do passivo</b>		<b>2 691 265,14</b>	<b>2 866 952,24</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>15 612 900,23</b>	<b>16 141 860,14</b>

Castelo Branco, 11 de Março 2019  
O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

### Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

#### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	4 752 414,24	4 551 970,48
Subsídios, doações e legados à exploração	9	2 848 522,81	2 897 380,18
Trabalhos para a própria entidade		-	3 183,89
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(843 051,67)	(832 835,59)
Fornecimentos e serviços externos	12.10	(1 649 561,91)	(1 256 014,74)
Gastos com o pessoal	10	(5 908 247,89)	(5 726 412,17)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2e12.4	(4 795,06)	(17 206,72)
Aumentos/reduções de justo valor	12.4	1 118,99	349,01
Outros rendimentos	12.11	685 185,65	751 679,29
Outros gastos	12.12	(40 431,67)	(25 104,17)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		(158 846,51)	346 989,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(277 549,03)	(283 202,76)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		(436 395,54)	63 786,70
Juros e rendimentos similares obtidos	12.13	11 848,69	22 194,47
Juros e gastos similares suportados	12.13	(18 245,00)	(20 731,07)
<b>Resultados antes de impostos</b>		(442 791,85)	65 250,10
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(442 791,85)</b>	<b>65 250,10</b>

Castelo Branco, 11 de Março 2019  
O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

## Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Alterações no exercício de 2017:

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	236 126,99	685 797,86	7 756 907,87	463 686,72	3 747 282,49	294 941,71	13 184 743,64	-	13 184 743,64
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12.6			294 941,71		24 914,16	(294 941,71)	24 914,16		24 914,16
	2	-	-	294 941,71	-	24 914,16	(294 941,71)	24 914,16	-	24 914,16
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						65 250,10	65 250,10		-
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3						(229 691,61)	90 164,26	-	90 164,26
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Subsídios, doações e legados	12.6							-		-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	i=1+2+3+4	236 126,99	685 797,86	8 051 849,58	463 686,72	3 772 196,65	65 250,10	13 274 907,90	-	13 274 907,90

Castelo Branco, 11 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

Alterações no exercício de 2018:

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	236 126,99	685 797,86	8 051 849,58	463 686,72	3 772 196,65	65 250,10	13 274 907,90	-	13 274 907,90
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12.6		7 503 629,51	(7 438 379,41)		89 519,04	(65 250,10)	89 519,04		89 519,04
	2	-	7 503 629,51	(7 438 379,41)	-	89 519,04	(65 250,10)	89 519,04	-	89 519,04
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						(442 791,85)	(442 791,85)		(442 791,85)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3						(508 041,95)	(353 272,81)	-	(353 272,81)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Subsídios, doações e legados	12.6							-		-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	i=1+2+3+4	236 126,99	8 189 427,37	613 470,17	463 686,72	3 861 715,69	(442 791,85)	12 921 635,09	-	12 921 635,09

Castelo Branco, 11 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

### Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		4 917 717,27	4 947 264,66
Recebimentos de subsídios	9	2 774 572,51	2 779 937,02
Recebimentos de bolsas	9	7 676,28	89 762,85
Pagamento a fornecedores		(2 439 487,35)	(2 135 855,53)
Pagamentos ao pessoal		(5 781 056,54)	(5 619 502,51)
Caixa gerada pelas operações		(520 577,83)	61 606,49
Outros recebimentos/pagamentos		223 898,11	46 926,22
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(296 679,72)	108 532,71
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	(496 906,28)	(194 831,08)
Outros Ativos	5	(21 427,31)	(18 091,17)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		95 666,67	398 999,83
Subsídios ao investimento		40 000,00	48 191,84
Juros e rendimentos similares	12.13	15 982,93	22 143,22
Dividendos		169,10	169,10
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(366 514,89)	256 581,74
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Doações		-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	6	(153 259,76)	(150 932,95)
Juros e gastos similares	12.13	(18 227,09)	(20 567,72)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(171 486,85)	(171 500,67)
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(834 681,46)</b>	<b>193 613,78</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>2 496 233,10</b>	<b>2 302 619,32</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>1 661 551,64</b>	<b>2 496 233,10</b>

Castelo Branco, 11 de Março 2019  
O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

## Anexo

### Nota Introdutória

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa ao longo dos exercícios objeto aqui de reporte.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados neste Anexo estão expressos em euros.

### 1. Identificação da Entidade

---

A Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Misericórdia, com sede em Rua Bartolomeu da Costa, na cidade de Castelo Branco.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, fundada da no ano de 1514, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informada pelos princípios de doutrina moral e cristãs.

Tem como atividade a prestação de serviços sociais e de saúde na comunidade civil e para que possa prosseguir os seus objetivos, está enquadrada nos seguintes C.A.E.'s (entre outros):

- 87301 Atividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento
- 86906 Outras actividades de saúde humana, n.e.
- 88910 Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento
- 88990 Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2018, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Desta forma, as Demonstrações Financeiras de 2017 foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura que já era o SNC-ESNL, não originando, a adoção em 2018 da presente versão do SNC-ESNL, quaisquer diferenças relevantes nas demonstrações financeiras, pelo que se verifica boa comparabilidade entre as demonstrações financeiras de 2018 e 2017.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Outros ativos e passivos correntes*” (Notas 12.4 e 12.9) e “*Diferimentos*” (Nota 12.3)

##### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes da mesma.

##### 3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

##### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

##### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, com exceção da classe dos imóveis que se encontra registada ao seu “justo valor”, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa



inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo (e estão de acordo com o disposto no DR 25/2009):

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida (0)
Edifícios e outras construções	0 a 50
Equipamento básico	1 a 30
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” (Nota 12.11) e/ou “*Outros gastos*” (Nota 12.12).

### 3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico com exceção da classe dos imóveis que se encontra registada ao seu “justo valor”. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se, e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis

### 3.2.3. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou subsidiariamente o FIFO (*first in, first out*).

Os bens de inventário produzidos internamente (normalmente produtos hortícolas e frutas) são valorizados ao preço de custo de aquisição do artigo/produto equivalente, como se tivessem sido adquiridos externamente.

### 3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

#### Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

**3.2.6. Financiamentos Obtidos**Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

No caso dos “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só se inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

**3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao abrigo da alínea b) deste artigo:

*“b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;”*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

**3.2.8. Subsídios ao Investimento**

A entidade no âmbito da sua atividade recebe diversos apoios financeiros concedidos por organismos estatais e particulares, para a execução de investimentos nos seus ativos fixos tangíveis:

- i) Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica “*Outras Variações nos Fundos Patrimoniais*” em contrapartida da rubrica de “*Outros Ativos Correntes*”, na exata medida da comparticipação prevista em função dos investimentos executados, corrigidos de eventuais investimentos não elegíveis para comparticipação.
- ii) Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica “*Outros Ativos Correntes*” (a crédito) em contrapartida das rubricas de Disponibilidades.
- iii) A imputação aos resultados dos subsídios contratualizados é efetuada em função da taxa de depreciação aplicada aos bens objeto de comparticipação e é reconhecida na rubrica “*Outros Rendimentos*” (a crédito) em contrapartida da rubrica “*Outras Variações nos Fundos Patrimoniais*”.
- iv) Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a investimentos executados (adiantamentos), são apresentados na rubrica de “*Outros Passivos Correntes*”.

**4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

**5. Ativos Fixos Tangíveis****Bens do património histórico, artístico e cultural**

No período de 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos “*Bens do património, histórico, artístico e cultural*”:

31 de Dezembro de 2017						
Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
<b>CUSTO / VALORIZAÇÃO</b>						
Bens imóveis	292 422,22	-	-	-	-	292 422,22
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	9 344,87	-	-	1 010,89	-	10 355,76
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	83 309,40	3 150,00	-	1 945,31	-	88 404,71
Esculturas	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>385 076,49</b>	<b>3 150,00</b>	<b>-</b>	<b>2 956,20</b>	<b>-</b>	<b>391 182,69</b>

No período de 2018, não ocorreram quaisquer movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”, tal como se pode verificar pelo quadro seguinte:

31 de Dezembro de 2018						
Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
<b>CUSTO / VALORIZAÇÃO</b>						
Bens imóveis	292 422,22	-	-	-	-	292 422,22
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	10 355,76	-	-	-	-	10 355,76
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	88 404,71	-	-	-	-	88 404,71
Esculturas	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>391 182,69</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>391 182,69</b>

#### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram resumidas nos seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2017						
Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
<b>CUSTO / VALORIZAÇÃO</b>						
Terrenos e recursos naturais	2 943 201,50	11 265,00	(38 023,75)	-	-	2 916 442,75
Edifícios e outras construções	8 823 582,11	33 795,00	(112 859,98)	3 734,99	75 000,00	8 823 252,12
Equipamento básico	1 706 094,67	39 894,65	-	(1 945,31)	-	1 744 044,01
Equipamento de transporte	465 446,62	7 700,00	-	-	-	473 146,62
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	294 151,71	3 782,39	-	-	-	297 934,10
Outros Ativos fixos tangíveis	350 317,40	10 413,61	-	-	-	360 731,01
Ativos fixos tangíveis em curso	87 182,74	143 233,13	-	(3 734,99)	-	226 680,88
<b>Total Custo</b>	<b>14 669 976,75</b>	<b>250 083,78</b>	<b>(150 883,73)</b>	<b>(1 945,31)</b>	<b>75 000,00</b>	<b>14 842 231,49</b>
<b>DEPRECIACÕES ACUMULADAS</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	177 558,78	177 084,60	(4 114,39)	-	75 000,00	425 528,99
Equipamento básico	1 443 305,73	57 260,66	-	(1 945,31)	-	1 498 621,08
Equipamento de transporte	385 873,18	16 895,83	-	-	-	402 769,01
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	267 954,98	11 300,64	-	-	-	279 255,62
Outros Ativos fixos tangíveis	249 794,96	20 661,03	-	-	-	270 455,99
<b>Total Depreciações</b>	<b>2 524 487,63</b>	<b>283 202,76</b>	<b>(4 114,39)</b>	<b>(1 945,31)</b>	<b>75 000,00</b>	<b>2 876 630,69</b>
<b>Total Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>12 145 489,12</b>	<b>(33 118,98)</b>	<b>(146 769,34)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11 965 600,80</b>

De seguida, apresenta-se o quadro resumo dos movimentos ocorridos em 2018:

Descrição	31 de Dezembro de 2018					
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31-Dez-2018
<b>CUSTO / VALORIZAÇÃO</b>						
Terrenos e recursos naturais	2 916 442,75	36 895,00	(5 458,80)	-	-	2 947 878,95
Edifícios e outras construções	8 823 252,12	111 532,40	(16 376,40)	224 516,73	-	9 142 924,85
Equipamento básico	1 744 044,01	37 201,85	(402,80)	153 995,01	-	1 934 838,07
Equipamento de transporte	473 146,62	-	-	-	-	473 146,62
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	297 934,10	1 234,99	-	-	-	299 169,09
Outros Ativos fixos tangíveis	360 731,01	22 697,19	-	510,90	-	383 939,10
Ativos fixos tangíveis em curso	226 680,88	412 728,57	-	(379 022,64)	(17 841,15)	242 545,66
<b>Total Custo</b>	<b>14 842 231,49</b>	<b>622 290,00</b>	<b>(22 238,00)</b>	<b>-</b>	<b>(17 841,15)</b>	<b>15 424 442,34</b>
<b>DEPRECIACÕES ACUMULADAS</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	425 528,99	176 605,50	(927,86)	-	-	601 206,63
Equipamento básico	1 498 621,08	57 190,78	(46,20)	-	-	1 555 765,66
Equipamento de transporte	402 769,01	18 656,28	-	-	-	421 425,29
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	279 255,62	7 329,26	-	-	-	286 584,88
Outros Ativos fixos tangíveis	270 455,99	17 767,21	-	-	-	288 223,20
<b>Total Depreciações</b>	<b>2 876 630,69</b>	<b>277 549,03</b>	<b>(974,06)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3 153 205,66</b>
<b>Total Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>11 965 600,80</b>	<b>344 740,97</b>	<b>(21 263,94)</b>	<b>-</b>	<b>(17 841,15)</b>	<b>12 271 236,68</b>

Durante o período de referência do presente documento (2018) ocorreram diversas aquisições de bens para quase todas as rubricas de ativos, bem como algumas reclassificações de ativos fixos tangíveis em curso, para ativos tangíveis efetivos e depreciáveis.

Ocorreram também algumas alienações de bens, nomeadamente alguns imóveis, cujos valores contabilísticos estão refletidos na coluna de “abates”.

Foram ainda calculadas e reconhecidas as depreciações nos termos legais aplicáveis e segundo as taxas que constam do DR.25/2009, em função dos anos de vida útil esperada para cada um dos bens.

Tal como nos exercícios económicos anteriores, continuou-se a aplicar a metodologia dos duodécimos no cálculo das depreciações.

## 6. Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 31 de Dezembro de 2018, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	155 555,46	956 624,26	1 112 179,72	153 323,75	1 112 115,73	1 265 439,48
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de Factoring	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>155 555,46</b>	<b>956 624,26</b>	<b>1 112 179,72</b>	<b>153 323,75</b>	<b>1 112 115,73</b>	<b>1 265 439,48</b>

## 7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	29 052,26	984 181,18	(104 695,06)	75 702,79	829 567,03	-	62 218,15
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>29 052,26</b>	<b>984 181,18</b>	<b>(104 695,06)</b>	<b>75 702,79</b>	<b>829 567,03</b>	<b>-</b>	<b>62 218,15</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-	-	832 835,59	-	-	843 051,67
Variações nos inventários da produção	-	-	-	-	-	-	-

De referir que os valores da rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” se desdobra da seguinte forma:

<b>Matérias consumidas:</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Géneros alimentares	551 374,93	609 503,32
Prod. higiene pessoal dos utentes	73 272,76	64 184,42
Material de penso e consumo	64 795,63	57 638,89
Medicamentos	63 430,96	25 200,31
Fraldas	79 562,83	60 531,14
Outras matérias consumidas	10 614,56	15 777,51
<b>Total</b>	<b>843 051,67</b>	<b>832 835,59</b>

Verificaram-se diversas variações, em diferentes sentidos, pois algumas das rubricas viram o seu valor reduzir (p.ex. géneros alimentares) principalmente devido à ausência “parcial” de compras no período em que a cozinha geral da sede sofreu obras. Existem, no entanto, outras rubricas cujo valor continuou a aumentar, normalmente as maioritariamente relacionadas com o cada vez mais intenso funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados Integrados, dos Jardins de Infância e ainda da melhoria generalizada da qualidade dos produtos consumidos.

## 8. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Vendas	9 620,20	12 828,76
Prestação de Serviços	4 742 794,04	4 539 141,72
Quotas dos utilizadores	4 720 198,79	4 514 647,27
Quotas e Jóias	12 260,00	18 207,00
Serviços Secundários	10 335,25	6 287,45
<b>Total</b>	<b>4 752 414,24</b>	<b>4 551 970,48</b>

## 9. Subsídios e outros apoio das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade reconheceu os seguintes rendimentos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Subsídios e Apoios do Governo</b>		
Acordos Segurança Social - Infância	838 789,65	903 689,40
Acordos Segurança Social - Família	22 445,00	53 598,00
Acordos Segurança Social - Terceira Idade	1 821 379,71	1 792 236,01
Acordos Segurança Social - Serv. Emergência	3 345,36	3 103,72
RLIS - Rede Local de Intervenção Social	121 549,18	128 178,49
IFAP - Apoios Agrícolas	810,55	722,21
POISE - Portugal 2020	7 818,28	-
IEFP - Medidas Apoio Emprego	9 699,09	15 852,35
<b>Subsídios de outras entidades</b>	-	-
<b>Doações</b>	6 003,49	-
<b>Heranças</b>	-	-
<b>Legados</b>	16 682,50	-
<b>Total</b>	<b>2 848 522,81</b>	<b>2 897 380,18</b>

A maioria de todos estes subsídios à exploração são reconhecidos no momento do seu recebimento, com exceção daqueles cujos gastos a que se destinam a compensar são devidamente conhecidos. Nestes casos, estes rendimentos são reconhecidos (se possível) no exercício em que ocorreu efetivamente o respetivo gasto, independentemente da sua data de recebimento. Encontram-se nessa situação os subsídios relacionados com a atividade “RLIS”, cujos valores reconhecimentos como rendimentos nestes dois exercícios foram determinados com base nos seus gastos (considerando que o reembolso do programa a decorrer no POISE será aproximadamente dos 100% dos gastos com a referida atividade).

Do orçamento global da atividade RLIS, cujo valor ascendia aos 448.743,68 €, já foram recebidos 166.409,10 €, tendo, no entanto, sido reconhecidos rendimentos no valor global de 382.129,58 € (ao longo dos três últimos exercícios).

Nesta data, após submissão no portal “Portugal2020”, encontram-se em apreciação e validação pelo POISE, os Pedidos de Reembolso de todos os gastos incorridos nos anos 2016 e 2017 naquela atividade (RLIS), pelo que dos mesmos apenas foram recebidos os valores referentes aos adiantamentos anuais. No primeiro semestre de 2019 serão submetidos todos os elementos com os gastos de 2018.

## 10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2018 e 2017, foi respetivamente, de 13 membros, sendo na data de encerramento deste exercício, a constituição destes órgãos, a seguinte:

### Mesa da Assembleia Geral

- Manuel Duarte Cardoso Martins – Presidente
- Adelino José Caio Minhós – 1.º Secretário
- João Paulo Martins Infante P. Benquerença – 2.º Secretário

### Mesa Administrativa

- José Augusto Rodrigues Alves – Provedor
- João Fernando Goulão Pinto – Vice-Provedor
- Fátima Maria Monteiro dos Santos Almeida – Secretária
- Carlos Joaquim Duarte R. Ribeiro – Tesoureiro
- Artur Alberto Martins – 1.º Vogal
- Maria de Lourdes C.M. Ramalho Eanes – 2.º Vogal
- José Carlos Gordo Mocito - 3.º Vogal

### Definitório ou Conselho Fiscal

- Jorge Manuel Vieira Neves – Presidente
- Alfredo da Silva Correia – 1.º Vogal
- Emílio Manuel G. Ferro – 2.º Vogal

Os órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal) da Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Já quanto aos colaboradores, a sua evolução quantitativa foi a seguinte:

Pessoas ao Serviço	Média 2017	Média 2018	Dezembro 2018
Colaboradores P/ Conta Outrem	457	455	457
Colaboradores Independentes	24	25	22
<b>Total</b>	<b>481</b>	<b>480</b>	<b>479</b>

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	4 752 900,82	4 630 104,47
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	3 178,50	7 288,31
Encargos sobre as Remunerações	1 059 679,91	1 021 901,22
Seguros de Acidentes de Trabalho	75 999,91	49 224,08
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	16 488,75	17 894,09
<b>Total</b>	<b>5 908 247,89</b>	<b>5 726 412,17</b>

## 11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 12.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	88 437,45	28 991,06
Investimentos em associadas	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Investimentos noutras empresas	1 746,00	1 746,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
<b>Total</b>	<b>90 183,45</b>	<b>30 737,06</b>

Com as finalidades de exploração, aproveitamento e beneficiação do património rustico da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, continua a ser detida a 100 % a sociedade por quotas “Dança Estival – Sociedade Agrícola Unipessoal, Lda.”, cujo valor é reconhecido/atualizado pelo método da equivalência patrimonial, tendo sido neste exercício reconhecidos, para além dos resultados, os valores referente a outras rubricas de capital próprio da participada – 59.303,23 € (nomeadamente subsídios ao investimento) por contrapartida da classe 57 dos capitais próprios desta instituição.

### 12.2. Créditos a receber

Rubrica constituída por Clientes e Utentes e outros créditos a receber:

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	234 793,63	189 595,12
Utentes	59 983,41	67 509,96
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes	944,13	944,13
Utentes	44 091,92	48 531,36
<b>Perdas por Imparidade</b>		-
Clientes	(944,13)	(944,13)
Utentes	(40 742,57)	(37 068,20)
Outros		
<b>Total</b>	<b>298 126,39</b>	<b>268 568,24</b>

As perdas por imparidade constituídas no exercício, para esta rubrica, podem-se detalhar da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes	-	(944,13)
Utentes	(3 674,37)	(10 330,24)
<b>Total</b>	<b>(3 674,37)</b>	<b>(11 274,37)</b>

### 12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:



Descrição	2018	2017
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Rendas pagas antecipadamente	448,06	448,06
Seguros	26 092,47	23 808,48
Fornecimentos e serviços externos	3 399,40	2 340,82
<b>Total</b>	<b>29 939,93</b>	<b>26 597,36</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Rendas faturadas antecipadamente	10 417,64	11 678,37
Donativos a Reconhecer	356,17	-
Prestações de Serviços	1 102,48	-
Subsídios à exploração	156 744,49	259 885,95
<b>Total</b>	<b>168 620,78</b>	<b>271 564,32</b>

#### 12.4. Outros ativos correntes

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, valores a receber e/ou investidos nas seguintes entidades:

Descrição	2018	2017
<b>"Devedores diversos"</b>		
Adiantamentos ao pessoal	2 634,10	6 902,64
Devedores por acréscimos de rendimentos	53 623,84	86 848,13
Subsídios à exploração contratados	370 280,38	394 559,04
Inquilinos (rendas)	78 747,36	87 663,50
Subsídios ao investimento contratados	-	40 000,00
Outros devedores	56 759,73	126 753,72
Perdas por imparidade (rendas)	(58 105,85)	(56 985,16)
Adiantamentos a fornecedores	18 841,73	3 877,72
<b>"Investimentos Financeiros",</b>		
FRSS - Fundo Reestrut. Setor Solidário	5 037,85	5 037,85
Ações CEMG (Montepio Geral)	1 000,00	-
Ações E.D.P. - Energias de Portugal, S.A.	2 713,61	2 567,65
FCT - Fundo Compensação do Trabalho	59 961,10	40 036,07
<b>Total</b>	<b>591 493,85</b>	<b>737 261,16</b>

As perdas por imparidade constituídas no exercício, para esta rubrica, podem-se detalhar da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outros Devedores (Rendas)	(1 120,69)	(5 932,35)
<b>Total</b>	<b>(1 120,69)</b>	<b>(5 932,35)</b>

Mantiveram-se todos os investimentos financeiros já anteriormente detidos, aos quais se acresceram 1.000 ações da CEMG (Montepio Geral).

Para os títulos foram realizados os testes de justo valor adequados e se o custo de aquisição/valorização for diferente do justo valor dos ativos líquidos tendo como referência a sua cotação em 31/12/2018, a diferença foi reconhecida diretamente em resultados do período, como aumentos ou reduções por justo valor.

Para além dos outros ativos correntes acima referidos, existem também alguns outros ativos de natureza não corrente. Nestes, apenas ocorreu uma variação no seu valor, passando dos 109.827,42 €, para os 180.949,95 €, nomeadamente a reclassificação de grande parte do empréstimo corrente concedido à associada "Dança Estival, Lda.", para não corrente, ascendendo agora ao valor de 179.000,00 €. Para além deste empréstimo é ainda reconhecida nesta rubrica, a carteira de Certificados de Renda Perpétua no valor de 1.926,51 €.

#### 12.5. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	5 989,43	5 668,42
Depósitos à ordem	175 562,21	200 564,68
Depósitos a prazo	1 480 000,00	2 290 000,00
<b>Total</b>	<b>1 661 551,64</b>	<b>2 496 233,10</b>

**12.6. Fundos Patrimoniais**

À semelhança dos anos anteriores, também em 2018, para além das habituais movimentações de reconhecimento do resultado líquido do ano anterior, do reconhecimento como rendimentos de parte dos subsídios de investimento cujos ativos se encontram em utilização / depreciação, foram ainda reconhecidos / desreconhecidos alguns valores contratualizados para reforço ou redução de subsídios de investimento, bem como reclassificados grande parte dos Resultados Transitados, como Reservas Livres. Assim, nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	236 126,99	-	-	236 126,99
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	685 797,86	7 503 629,51	-	8 189 427,37
Resultados transitados	8 051 849,58	65 250,10	(7 503 629,51)	613 470,17
Excedentes de revalorização	463 686,72	-	-	463 686,72
Outras variações nos fundos patrimoniais	3 772 196,65	206 883,23	(117 364,19)	3 861 715,69
<b>Total</b>	<b>13 209 657,80</b>	<b>7 775 762,84</b>	<b>(7 620 993,70)</b>	<b>13 364 426,94</b>

**12.7. Fornecedores**

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	361 046,82	228 054,95
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
<b>Total</b>	<b>361 046,82</b>	<b>228 054,95</b>

**12.8. Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>ATIVO</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	1 664,26
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	36 017,50	38 484,80
Outros Impostos e Taxas	-	0,46
<b>Total</b>	<b>36 017,50</b>	<b>40 149,52</b>
<b>PASSIVO</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	25 453,46	26 767,46
Segurança Social	117 047,80	115 912,99
Outros Impostos e Taxas	1 757,85	1 600,74
<b>Total</b>	<b>144 259,11</b>	<b>144 281,19</b>

**12.9. Outros passivos correntes**

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Pessoal</b>	<b>382,99</b>	<b>6 784,81</b>
Remunerações a pagar	-	-
Cauções	-	-
Outras operações	382,99	6 784,81
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	<b>12 653,82</b>	<b>15 609,75</b>
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	<b>816 090,62</b>	<b>798 463,46</b>
<b>Cauções de outras entidades</b>	<b>18 600,50</b>	<b>18 450,50</b>
<b>Outros credores</b>	<b>54 430,78</b>	<b>115 303,78</b>
<b>Adiantamentos de clientes</b>	<b>3 000,00</b>	<b>3 000,00</b>
<b>Total</b>	<b>905 158,71</b>	<b>957 612,30</b>

**12.10. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição desta rubrica nos períodos 2018 e de 2017, foi a seguinte

Descrição	2018	2017
Subcontratos	312 443,86	-
Serviços especializados	545 686,45	543 439,11
Materiais	80 933,26	66 433,88
Energia e fluidos	509 530,48	455 853,08
Deslocações, estadas e transportes	3 531,80	3 828,57
Serviços diversos (*)	197 436,06	186 460,10
Limpeza, higiene e conforto	102 539,08	96 718,65
Comunicação	47 611,78	48 407,76
Rendas e alugueres	22 919,40	12 394,78
<b>Total</b>	<b>1 649 561,91</b>	<b>1 256 014,74</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

Esta rubrica compreende um conjunto alargado de naturezas de gastos, que vão desde todos os serviços a todos os bens não considerados diretamente consumidos no normal desempenho das atividades e serviços habituais prestados pela entidade. Verificam-se diversas variações, com sentidos distintos, mas que na globalidade resultaram num aumento considerável destes gastos. Não pode, no entanto, deixar de ser levada em consideração a ocorrência de um factor extraordinário, que só por si contribuiu e justifica mais de 75% deste aumento, trata-se dos serviços de catering que foram contratados pela instituição para fornecimento das refeições aos utentes, durante os meses em que decorreram as obras de remodelação da cozinha da sede, cujo valor ultrapassou os 295.000,00 €.

As energias (eletricidade e gás para aquecimento) constituem o segundo aumento considerável desta rubrica, sendo responsáveis pelo incremento de um valor próximo dos 59.000,00 €.

**“Subcontratos”**

Esta rubrica, apresenta valores no presente exercício (no ano passado não apresentou qualquer valor). Tal como já referido anteriormente na descrição desta rubrica, a maioria do valor reconhecido este ano deve-se à aquisição dos serviços de catering, durante os meses em que decorreram as obras de remodelação da cozinha da sede. Para além disso ainda foram reconhecidos os serviços de médicos de novas especialidades, cujas consultas são prestadas no Centro de Medicina e Reabilitação, e cuja contrapartida (receita) se encontra englobada na faturação normal daquele estabelecimento.

À semelhança dos exercícios anteriores, continuaram a ser objeto de gestão e utilização na sua globalidade, os dois centros infantis “provenientes” do Instituto da Segurança Social. Esta utilização foi formalizada através de dois contratos mistos atípicos de gestão e comodato, celebrados em 2014. Durante alguns anos foram reconhecidos (por acréscimo) gastos potenciais com natureza de “subcontratos” para fazer face a eventuais pagamentos de vencimentos (parciais) dos colaboradores daqueles centros infantis, cuja entidade patronal continuava a ser o Instituto da Segurança Social, mas cujo serviço se desenvolvia no âmbito das atividades desta Santa Casa.

Desde 2016, estes valores deixaram de ser reconhecidos na referida rubrica de subcontratos, pois os pressupostos, para tal, não se consumaram, considerando que:

- i) por diversos motivos, a maioria dos colaboradores daquele Instituto foram saindo dos centros infantis, tendo esta Santa Casa que recrutar e contratar (às suas expensas) para esses lugares, novos colaboradores (no final de 2018, já eram apenas 4, de um universo inicial de quase 40 colaboradores);
- ii) nunca até à presente data foram efetuadas quaisquer deduções nas participações, com vista à efetivação destes pagamentos, nem apresentados quaisquer documentos ou valores com intenção de tal;
- iii) na alínea d) do n.º 1 da cláusula oitava de cada um daqueles contratos é referido, sucintamente, que este valor de vencimentos dos trabalhadores cedidos, seria definido futuramente e “... ficando assegurado no acordo de cooperação típico a celebrar...”, o que até á presente data ainda não ocorreu, nem existe qualquer previsão de quando venha a ocorrer. *(sublinhado nosso)*

Tendo em conta o acima exposto e considerando ainda que atualmente esta Santa Casa suporta os vencimentos e encargos (pela totalidade) dos aproximadamente 35 colaboradores que teve de admitir, ao longo de todos estes anos, para substituição dos antigos colaboradores do Instituto da Segurança

Social, não consideramos adequado que fossem ainda reconhecidos mais esses eventuais gastos com subcontratos, com cariz de realização “pouco provável”. Para o presente exercício de 2018, o valor estimado para estes eventuais gastos poderia ascender até aos 47 milhares de euros (enquanto que no passado exercício, 2017, o valor poderia ascender aos 90 milhares de euros).

### 12.11. Outros rendimentos

Como principal variação, importa referir o considerável decréscimo na rubrica “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros”, decorrente de uma menor realização de mais valias nas alienações de ativos fixos tangíveis (nomeadamente imóveis) tal como já havia sido referido na nota 5. As mais valias são de valor menor, pois os imóveis alienados em 2018 eram de valor muito inferior aos alienados em 2017, o que por resultou numa variação negativa na ordem dos quase 227.000 €.

A rubrica de “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros” inclui ainda uma verba considerável (135.531,71 €), decorrente das rendas faturadas aos inquilinos de diversos imóveis, cuja variação, apesar de negativa, é de montante residual (-2,6%).

Por contrapartida, verificou-se um acréscimo considerável noutras rubricas, nomeadamente no caso dos donativos, cuja variação positiva ultrapassou os 168.000,00 €, o que acabou por quase equilibrar o valor global desta classe, resultando assim uma variação negativa dos “Outros Rendimentos” de 66.493,64 €.

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	1 681,11	6 277,50
Descontos de pronto pagamento obtidos	852,28	308,90
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subs., assoc. e empr. conjuntos	143,16	1 412,04
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	169,10	26 334,11
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	210 337,24	440 584,23
Outros rendimentos:	472 002,76	276 762,51
Correções relativas a períodos anteriores	23 153,63	4 692,80
Imputação dos subsídios ao investimento	99 589,68	99 589,68
Reembolsos	87 183,58	79 518,62
Donativos	254 702,19	86 279,74
Outros	7 373,68	6 681,67
<b>Total</b>	<b>685 185,65</b>	<b>751 679,29</b>

### 12.12. Outros gastos

Esta rubrica, praticamente apenas apresenta variação nas “Correções de anos anteriores”, o que decorre de um conjunto de diversos fatores, dos quais representarão maior volume dois:

- 1) O processo documental da instituição é muito complexo, falível e demorado, o que resulta em muitas situações de receção muito tardia de documentos nos serviços financeiros (tesouraria e/ou contabilidade) impossibilitando em muitas situações o reconhecimento dos gastos no exercício económico a que dizem respeito.
- 2) Continua, gradualmente, a ser efetuada a melhoria do sistema interno de informação financeira, (devido à utilização de softwares de faturação certificados e de ser possível efetuar já algumas integrações contabilísticas de forma automática) o que tem resultado na validação de muitos saldos antigos existentes na contabilidade, mas também o desconhecimento de outros valores que não estavam corretos. Nesta situação específica é importante também referir muitos destes valores acabam por ser “compensados” por desconhecimentos de cariz favorável, reconhecidos na rubrica anterior – “Outros rendimentos”.

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	1 723,96	2 280,83
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	4,90
Dividas incobráveis	805,74	627,67
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subs., assoc. e empr. Conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros gastos:	37 901,97	22 190,77
Multas e Penalidades	289,26	76,00
Correções de anos anteriores	25 305,21	11 301,03
Quotizações	4 662,00	4 570,00
Outros	7 645,50	6 243,74
<b>Total</b>	<b>40 431,67</b>	<b>25 104,17</b>

### 12.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	18 245,00	20 731,07
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
<b>Total</b>	<b>18 245,00</b>	<b>20 731,07</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	11 848,69	22 194,47
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total</b>	<b>11 848,69</b>	<b>22 194,47</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(6 396,31)</b>	<b>1 463,40</b>

### 12.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 11 de Março de 2019.

Castelo Branco, 11 de Março de 2019

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa